

Cultura: ser para Cristo

**Apontamentos do discurso de Davide Prosperi
na assembleia da Associação Italiana Centros Culturais**

Milão, 18 de maio de 2024

Gostaria de começar por dizer que as coisas que vos vou dizer hoje são o resultado de um longo trabalho de confronto sobre o tema da nossa presença cultural, conduzido ao longo dos últimos meses juntamente com aqueles que partilham comigo a responsabilidade pelo movimento. Como já dissemos várias vezes nestes últimos anos, a autoridade oferece um juízo que é expressão de uma comunhão. Neste juízo está incluído o contributo da minha experiência pessoal, vivida durante tantos anos nos lugares de responsabilidade do movimento, primeiro com *don* Giussani, depois com o padre Carrón, e agora no papel que me foi confiado na nossa companhia.

Tempos de recapitulação, discernimento, renovação e revitalização missionária

Gostaria de partir destas palavras pronunciadas pelo Papa Francisco na Audiência concedida a CL no dia 15 de outubro de 2022: «Não faltaram problemas graves, divisões e certamente também um empobrecimento na presença de um movimento eclesial tão importante como Comunhão e Libertação, do qual a Igreja, e eu mesmo, esperamos mais, muito mais. Os tempos de crise são tempos de recapitulação da vossa extraordinária história de caridade, cultura e missão; são tempos de discernimento crítico do que limitou as potencialidades fecundas do carisma de *don* Giussani; são tempos de renovação e relançamento missionário, à luz do atual momento

eclesial, bem como das necessidades, sofrimentos e esperanças da humanidade contemporânea».

Partindo destas palavras do Santo Padre, penso que se torna evidente que, no caminho educativo que a Igreja – além da nossa própria história – nos confia neste momento histórico, não pode faltar uma reflexão séria sobre os aspetos que caracterizam a relação com a nossa origem, com aquilo a que estamos habituados a chamar «carisma», também em relação aos conteúdos propostos nos anos passados e àqueles que queremos prosseguir nos próximos anos. É por isso que gostaria de aproveitar este encontro para tentar expor as minhas preocupações relativamente ao tema, para nós central, da cultura. E espero que isto possa ajudar também a esclarecer que as minhas insistências nestes últimos anos não tiveram como objetivo “corrigir” o ensinamento dos que me precederam – intenção que às vezes me é atribuída – mas sim desenvolver os termos de um discurso que, também de acordo com o que é sugerido pelas palavras do Papa, necessita de um novo passo.

Durante os anos em que o movimento foi conduzido pelo padre Carrón, o juízo de fundo, por assim dizer, dedicado à presença cultural era identificado numa expressão muito eficaz que, como sabemos, deu o título ao livro que reúne alguns dos seus discursos, oportunamente revistos, traduzidos em várias línguas e apresentado em várias partes do mundo: *A beleza desarmada*.¹

Esta feliz expressão contém – resumo por uma questão de tempo – o conceito de que a beleza é “desarmada”, no sentido de que o testemunho gratuito de uma experiência marcada pelo encontro com Cristo tem em si uma beleza tal que é capaz de tocar os corações, de convencer o outro da sua própria conveniência sem nada impor, pelo contrário, exaltando a sua liberdade de adesão. A isto voltarei em breve.

Guardando esta imagem, gostaria de observar imediatamente, no entanto, que não nos podemos esquecer de que a beleza é sempre, num certo sentido, também “armada”, como tentarei explicar daqui a pouco. Este é, parece-me, um aspeto que estamos a tentar recuperar e que talvez tenha faltado um pouco no nosso discurso sobre a cultura nos últimos anos. É inevitável, naturalmente, que em determinadas épocas se

1 J. Carrón, *A beleza desarmada*, Lucerna, Lisboa 2016.

ênfaticamente mais alguns aspectos e noutras se ênfaticamente outros. O problema surge quando um determinado juízo, ou um juízo dado num determinado contexto histórico, é progressivamente entendido ou interpretado de forma unilateral. Foi o que aconteceu em parte, por exemplo, na questão da cultura, provocando mal-entendidos e divisões, sobretudo entre muitos que tinham vivido um período de intensa experiência de presença nos ambientes durante o período passado com *don* Giussani. São mal-entendidos e divisões que estendem as suas consequências até hoje. Aqui, antes de mais nada, gostaria de tirar de cena o possível mal-entendido de que estamos a levar a cabo uma espécie de *damnatio memoriae* sobre o nosso passado recente, ou mesmo uma remoção dos ensinamentos dos últimos quinze anos. Pelo contrário, o que estamos a tentar fazer, precisamente a partir do reconhecimento do valor objetivamente positivo do que foi dito e feito até agora, é pôr em evidência, ou melhor, alargar o olhar sobre toda a proposta educativa de *don* Giussani, na qual a presença cultural desempenha, sem dúvida, um papel fundamental. «Encorajo-o, portanto, a prosseguir, juntamente com os seus colaboradores, o trabalho realizado e que visa a preservação de uma visão integral do carisma»,² escreveu-nos recentemente o Santo Padre.

A beleza é *splendor veritatis*

Em que sentido, então, a beleza seria também “armada”? Começo por observar que a beleza de que falamos, como a história suficientemente documenta, suscitou e continua a suscitar atração e adesão, mas também resistência e rejeição. Porquê? Porque a beleza, como sempre nos foi proposta por *don* Giussani a partir da tradição da Igreja, é *splendor veritatis*, é o esplendor do verdadeiro e do bom: a beleza é a manifestação da glória de Cristo, e esta glória, ao brilhar, não suscita necessariamente sempre apenas atração, mas pode suscitar também repulsa, dependendo da posição do coração de quem a encontra. E eu acrescentaria que se a beleza não brilhasse a ponto de fazer uma proposta que é a proposta integral da verdade de Cristo, não seria beleza de Cristo, mas outra coisa. Quero dizer, este é o ponto, que a beleza de Cristo é também uma espada, atrai e também desafia, fere, e neste sentido é também “armada”: não porque necessite do apoio de “armas” externas (o apoio do poder do Estado, por exemplo), mas porque, pela sua própria

2 «Carta do Papa», Santa Marta, 30 de janeiro de 2024, em por.clonline.org.

natureza, na medida em que é o resplendor da verdade e do bem, encarnando-se, isto é, acontecendo, propondo-se, opõe-se também às nossas medidas, ao “mundo”.³ E por isso incomoda-nos, entra em luta, em polémica com o que normalmente pensamos, exigindo um amor pela verdade mais do que por nós próprios, um amor que implica sempre um sacrifício. Assim, a beleza não perde nada do seu esplendor quando tem a coragem de se posicionar, de tomar posição, talvez mesmo em contraste com o mundo, “forte” na comunhão eclesial e nas riquezas da sua *tradição*. E não só não perde nada, como antes se demonstra a si mesma como tal. Daqui um importante corolário ou consequência: não temos de começar sempre tudo do princípio, mas podemos partir de uma história que chegou até nós com toda a sua concretude. Como costumavam sabiamente dizer os medievais, somos anões sobre os ombros de gigantes. Até porque, se assim não fosse, como explicariam o florescimento de realidades como as que vocês hoje aqui representam, se a presença e o testemunho cristãos fossem apenas fruto de uma força ou de um compromisso subjetivo? É certamente uma questão *pessoal* – isso sim – mas é necessário eliminar desta palavra toda a possível ambiguidade que a possa reduzir a *individual* ou *individualismo*, segundo um conceito de “eu” que não implica um “nós” como consciência madura de pertença. Porque quando falta este “nós”, a nossa presença torna-se frágil e continua a ser imatura, como dissemos nos Exercícios da Fraternidade. Uma fé madura é uma fé alimentada pela amizade com Cristo, que se exprime antes de mais na nossa comunhão vivida, exercitada e expressa em todos os aspetos da nossa relação com a realidade. *Don Giussani*, num encontro com os Liceus em 1979, no qual conta a sua primeira audiência – que acabara de ter lugar – com João Paulo II, exprime este conceito da seguinte forma: «A comunidade para nós é, portanto, a expressão de uma *realidade ontológica*, de um ser profundo, de uma verdade real. Precisamente porque somos uma só coisa, devemos exprimir-nos em fraternidade, em comunidade».⁴

-
- 3 Falando dos primórdios dos Liceus, *don Giussani* observa: «Nessa altura lembrava-me muitas vezes de uma frase, aparentemente anti ecuménica, de um livro de Monsenhor Garofalo, que li quando ainda andava no liceu e que começava assim: “O cristianismo entrou no mundo em polémica com o mundo”. [...] Porque, também para mim, também para nós, é assim: o cristianismo é ditado ou chega aos ouvidos do nosso coração e da nossa consciência em oposição, em contraste, em luta, em polémica com o que normalmente pensamos, com o que normalmente sentimos e com a maneira como normalmente nos comportamos» (L. Giussani, *O eu, o poder, as obras*, Lucerna, Cascais 2019, p. 140).
- 4 *Don Giussani* continua: «Mas a comunidade não é um aglomerado de pessoas. A comunidade é uma dimensão minha. Mesmo quando agora eu subir para fazer outros trabalhos, levo dentro de mim, ainda que

Na Jornada de Início de Ano, ouvimos as palavras de Bento XVI: «A nossa fé só é de-veras pessoal, se for também comunitária».⁵ Do mesmo modo, no mesmo discurso de 1979 que acabámos de citar, *don* Giussani retoma as palavras de João Paulo II [citando a *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI]: «Evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas sim profundamente eclesial [...], um ato da Igreja».⁶ Giussani confirma: «Nós insistimos muito no aspeto comunitário, porquê? Porque não só o estarmos juntos nos dá força como, sobretudo é um dever. A comunidade, o estarmos juntos, é a expressão da comunhão».⁷

Porque é que uma fé concebida “de forma subjetiva” é criticada por Bento XVI e por *don* Giussani? Porque corre o risco de ser esvaziada do seu conteúdo de verdade corporal – por assim dizer –, ou seja, de *Facto*, acabando por ser reduzida a sentido religioso. A categoria fundamental do cristianismo, tão insistentemente defendida por Giussani, isto é, a categoria do *acontecimento*, corre assim o risco de perder consistência, confundindo-se facilmente com a emoção que os acontecimentos suscitam – bons ou maus, não importa, o importante é que sejam evocativos.⁸ Este risco está também muito presente em nós, como já referimos na Jornada de Início de Ano.

Ao passo que uma fé madura – diz-nos *don* Giussani – é que é o verdadeiro motor de uma novidade de presença nos diversos âmbitos, capaz de gerar não apenas pensamentos e discursos, dos quais estão cheios a televisão, os jornais, as redes sociais... mas *lugares*. Se bem se lembram, no encontro de há dois anos (Assembleia da AIC

não em pormenor, os rostos de todas as pessoas com quem estou, e gostaria que toda a Igreja tivesse esta consciência: seria o fim do mundo. Porque quando toda a Igreja tivesse esta consciência de unidade e todos os cristãos fossem verdadeiramente uma só coisa, será o milagre do fim do mundo, porque o mundo inteiro seria obrigado a reconhecer. Mas isto já vibra, este milagre do fim do mundo, já vibra em dois que, encontrando-se e percebendo, reconhecendo, porque ambos têm fé, dizem um ao outro: “Nós somos uma só coisa, estamos juntos, e por isso enfrentamos a vida juntos”. Mas mesmo quando uma pessoa está em casa, quando um deles está em casa, tem agora esta relação dentro de si. Ou seja, a comunidade e a fraternidade é uma dimensão que a pessoa tem dentro de si, é uma característica que tem dentro de si» (Fraternidade de Comunhão e Libertação [FCL], *Documentação audiovisual*, Encontro dos Liceus com *don* Giussani, Milão, 22 de fevereiro de 1979).

5 Bento XVI, *Audiência Geral*, 31 de outubro de 2012.

6 Paulo VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, n. 60, 8 de dezembro de 1975, em João Paulo II, *Discurso à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, Puebla, México, 1979.

7 FCL, *Documentação audiovisual*, Encontro dos Liceus com *don* Giussani, Milão, 22 de fevereiro de 1979.

8 D. Proserpi, “A fé, realização da razão”, em <https://por.clonline.org>.

2022) dizíamos que um centro cultural, independentemente da sua dimensão, é um local de encontro. Mas para que um encontro aconteça é preciso que haja uma presença, e assim o centro cultural é chamado a ser um lugar de presença. Uma fé que amadurece, mesmo entre mil obstáculos e mesmo sendo contrariada – quando não explicitamente ofendida – gera progressivamente lugares nos quais o juízo que nasce da fé lança uma nova luz, a luz do rosto de Cristo Ressuscitado, sobre as vicissitudes de todos os homens e mulheres do nosso tempo.

«Regressar aos aspetos elementares do cristianismo».⁹

Permitam-me agora articular algumas considerações sobre o que me parece ser a nossa urgente tarefa histórica na ação cultural pública. Como membros de um movimento, ou mais simplesmente como cristãos, temos uma missão: a vida nova, que nos foi dada por Cristo no batismo e reavivada no encontro com o nosso carisma, abre-nos a um horizonte universal, no qual cada um se torna um contributo indispensável no lugar concreto onde vive. Que forma deve assumir este contributo? A vida das primeiras comunidades cristãs e a sua atividade missionária – tal como as apresentam os *Atos dos Apóstolos* – ajudam-nos a responder a esta pergunta. Nela, vemos manifestarem-se três características, sempre copresentes e necessárias.

Um cristianismo atrativo

O livro dos *Atos* conta que cada vez mais pessoas aderiam à fé atraídas pela vida daquele grupo que se reunia debaixo do pórtico de Salomão. Don Giussani escreve a este propósito: «A Igreja começou assim, literalmente, “fazendo-se ver” naquele pórtico de Salomão, propondo aos outros uma primeira impressão visual, uma primeira percepção que não se pode evitar chamar de “comunitária”».¹⁰ A vida daqueles primeiros cristãos,

9 «Não só nunca tive a intenção de “fundar” nada, mas julgo que o génio do movimento que vi nascer é o de ter sentido a urgência de proclamar a necessidade de voltar aos aspetos elementares do cristianismo, ou seja, a paixão pelo facto cristão como tal nos seus elementos originais, e basta» (L. Giussani, “Carta a João Paulo II, 26 de janeiro de 2004”, em A. Savorana, *Luigi Giussani. A sua vida*, Tenacitas, Coimbra 2017, p. 1167).

10 L. Giussani, *Porquê a Igreja*, Tenacitas, Coimbra 2016, p. 94.

a caridade fraterna, a alegria e a certeza com que viviam as circunstâncias quotidianas da vida de todos suscitavam estima e curiosidade. Era uma experiência de vida que suscitava atração. Por isso, cada um de nós é chamado a viver e a testemunhar a beleza e a alegria da fé em Cristo onde se encontra. Leio n' *A beleza desarmada*: «Esta é a tarefa fundamental dos cristãos numa sociedade pluralista: serem eles mesmos, testemunhando a novidade de vida que nasce do encontro com Cristo. [...] “O contributo dos cristãos só é decisivo se a inteligência da fé se torna inteligência da realidade” (Bento XVI)».¹¹

Diálogo e juízo cultural

Sobre este segundo ponto, gostaria de me deter um pouco mais. O texto d' *A beleza desarmada* continua: «Um protagonista como o que descrevemos não se assusta por ter de viver no atual pluralismo cultural. E menos ainda, se sente oprimido pela pretensão ou pela lamentação. É justamente neste contexto de crise do humano, de misteriosa letargia misteriosa e de tédio invencível, que a fé cristã pode mostrar toda a sua conveniência para o homem. Isto terá lugar se soubermos comunicar, através de uma experiência, que a fé torna a vida mais humana, mais intensa, mais digna de ser vivida».¹² O episódio de S. Paulo no Areópago é elucidativo a este respeito. Com efeito, o livro dos *Atos* apresenta-nos Paulo na cidade de Atenas, dialogando com todos os que encontra, a ponto de ser levado ao tribunal do Areópago. No seu discurso, Paulo parte do que observou na cidade (“pluralismo cultural”): uma estátua dedicada ao *Deus desconhecido*. Não se escandaliza com a idolatria evidente dos seus interlocutores, mas leva a sério o seu desejo religioso, que se manifesta através dela. Mas aqui, atenção: em que sentido é que ele leva isso a sério? Paulo transforma aquilo que apenas queria ser uma salvaguarda contra a possível ofensa a alguma divindade excluída do Panteão na possibilidade de anunciar aos atenienses «aquele que venerais sem o conhecer».¹³ Paulo dá assim um sentido novo e mais verdadeiro àquilo que encontra na religiosidade dos atenienses: não tem medo de entrar em diálogo com eles, de os escutar, e ao mesmo tempo não hesita em anunciar-lhes aquilo que eles ainda não sabem, e que, no entanto, é capaz de os explicar a si mesmos dum modo mais completo.

11 J. Carrón, *A beleza desarmada*, op. cit., p. 105.

12 *Ibid*, p. 106.

13 At 17,23.

Uma frase do Papa Francisco exprime bem a condição para um tal diálogo: «O renascimento de um diálogo muitas vezes não vem das palavras, mas do silêncio, sem insistências, do recomeçar pacientemente a ouvir a outra pessoa, de ouvir as suas lutas, o que tem dentro. A cura do coração começa com a escuta».¹⁴ Por isso, uma verdadeira cultura nova exige sempre uma escuta séria das questões, das provocações e dos desafios sempre novos que a mentalidade dominante coloca à Igreja. Este parece-me ser um traço inconfundível do nosso carisma: deixar-se afetar, ferir por estas questões, ter o gosto de ser provocado e questionado por elas, sem se furtar ao confronto em nome de um interesse supostamente “mais alto”. Portanto, a provocação que vem das questões novas e inéditas que o mundo nos coloca, se as escutarmos humildemente, pode paradoxalmente abrir-nos a uma descoberta mais profunda da verdade contida em Cristo e no carisma. Chegando ao ponto de abordar e talvez até esclarecer pontos, em tantas questões, que Giussani ou a própria Igreja ainda não esclareceram explicitamente. Giussani foi o primeiro a fazê-lo. Agora, da mesma forma, se Giussani, para dar um exemplo, não teve de abordar as questões que a revolução antropológica em curso nos coloca hoje, isso não significa que, por não as ter abordado, elas devam necessariamente ser consideradas irrelevantes.

O Papa Bento XVI, na sua conferência no *Collège des Bernardins*, explica a razão profunda do comportamento de S. Paulo: «Os cristãos da Igreja primitiva não consideraram o seu anúncio missionário como uma propaganda, que devia servir para fazer crescer o próprio grupo, mas como uma necessidade intrínseca que derivava da natureza da sua fé: o Deus em que acreditavam era o Deus de todos, o Deus uno e verdadeiro que se tinha mostrado na história de Israel e, enfim, no seu Filho, dando assim a resposta que dizia respeito a todos e que, no seu íntimo, todos os homens aguardavam. A universalidade de Deus e a universalidade da razão aberta a Ele constituíam para eles o motivo e, ao mesmo tempo, o dever do anúncio. Para eles, a fé não dependia dos hábitos culturais, que divergem de um povo para outro, mas ao âmbito da verdade que diz respeito igualmente a todos».¹⁵

Por vezes, por parte de certos cristãos, o diálogo e o juízo cultural são vistos como uma tentativa de proselitismo, de ativismo, de “batalha de valores” ideológica e divisionista:

14 Francisco, *Angelus*, 5 de setembro de 2021.

15 Bento XVI, *Encontro com o mundo da cultura no Collège des Bernardins*, Paris, 12 de setembro de 2008.

em suma, de integracionismo. Para eles, a única forma de proclamação da fé seria o atrativo da vida cristã pessoal. No entanto, na minha opinião, este último conceito correu o risco duma ambiguidade, mesmo entre nós. Se é verdade, como foi dito, que a atratividade é o primeiro fator em jogo, também é verdade que não pode ser confundida com *agradar ao mundo* e não querer ofender a sua suscetibilidade. Este não pode ser o critério de ação do cristão.

Para ir um pouco mais longe, cito outra passagem d'*A beleza desarmada*: «Para compreender qual é o tipo de presença necessária para testemunhar Cristo hoje pode ser útil ter presente uma observação. Quando temos de defender algo num contexto polémico, para tornar mais incisiva a nossa resposta, muitas vezes, quase inconscientemente, aceitamos o modo de colocar a questão estabelecido pelo outro. Assim, a nossa posição é determinada pelo seu contrário, é reativa em vez de ser original, ou seja, em vez de ser uma posição que nasce da nossa experiência de fé. Isto leva-nos a reduzir uma vez mais o cristianismo ou o seu testemunho a uma pura proposição de doutrina, de alguns valores ou de uma ética».¹⁶

É uma passagem que exige ser bem compreendida. O juízo aí contido é, sem dúvida, verdadeiro quando o testemunho se reduz à *mera* reproposição de uma doutrina; torna-se, porém, problemático quando é interpretado de modo absolutista e unilateral, quase chegando à teorização de um desinteresse, se não mesmo de um desamor pela doutrina, pelos valores e por qualquer preocupação ética, sem nos interrogarmos seriamente sobre as implicações educativas desta posição. Na medida em que isto aconteceu, mesmo entre nós, conduziu progressivamente a uma fragilidade do juízo pessoal sobre tantos aspetos muito concretos da vida. Pensemos, a título de exemplo, em algumas das questões que começámos a tratar nos últimos números da *Tracce*: da afetividade à moral, às chamadas questões éticas ainda hoje muito debatidas, como a defesa da vida desde o seu início até ao seu fim. Muitas vezes, é-se frágil nas razões porque se é frágil no juízo cultural que uma fé verdadeiramente vivida gera. E o juízo cultural tem, inevitavelmente, um carácter pessoal (o risco pessoal e a criatividade são fundamentais), mas se não tiver como origem a experiência de uma vida de comunhão e, portanto, não tomar a forma de um juízo comunitário – isto é, que «exprime

16 J. Carrón, *A beleza desarmada*, op. cit., p. 106.

uma vida de comunhão vivida»¹⁷ –, não nasce uma nova cultura, uma cultura verdadeiramente cristã, para ser proposta ao mundo. Aliás, no fim, somos nós os primeiros a perder-se. Escreve *don* Giussani em *Gerar rasto na história do mundo*: «Se refletirmos sobre a nossa experiência, damo-nos conta, pelo contrário, de como, muitas vezes, tende a prevalecer um egocentrismo que decide por si os fatores constitutivos do Acontecimento ao qual dizemos pertencer e que não nasce de nós: em vez da obediência, impõe-se a afirmação daquilo que nós pensamos. É uma não mortificação do nosso orgulho, é o pecado original que introduz, na simplicidade da origem, na simplicidade original, corpos estranhos induzidos por outro e assumidos por nós».¹⁸

Sobre este aspeto, não me parece irrelevante notar que, se os valores originados pelo cristianismo são fatores fundadores da nossa civilização desde há dois milénios, a sua força reside evidentemente na absoluta razoabilidade da forma como o acontecimento de Cristo e da sua Igreja responde ao desejo do coração do homem de todos os tempos e lugares. Não devemos perder, desculpem o jogo de palavras, as razões desta razoabilidade. Não se trata de uma defesa estéril de valores abstratos, mas de uma necessária e contínua reproposição e reatualização dos fundamentos de uma identidade, que tem como fonte o rosto de Cristo Ressuscitado presente na história. Neste sentido, é necessário renovar continuamente a entrega da tradição. Todos nos lembramos de como, perante a situação da Igreja em Itália nos anos 50, *don* Giussani concluía que «uma tradição, ou em geral uma experiência humana, não pode desafiar a história, não pode subsistir no fluxo do tempo, a não ser na medida em que chega a exprimir-se e a comunicar-se em formas que têm dignidade cultural».¹⁹ Voltou a este tema muitas vezes e de muitas maneiras.²⁰

17 L. Giussani, "Sul giudizio comunionale", *Tracce*, n. 6/2001, p. 103.

18 L. Giussani – S. Alberto – J. Prades, *Gerar rasto na história do mundo*, Paulus, Lisboa 2019, p. 164.

19 L. Giussani, *Il movimento di Comunione e Liberazione (1954–1986)*. *Conversazioni con Robi Ronza*, BUR, Milão 2014, p. 12.

20 Por exemplo, ainda no já citado encontro com os Liceus em 1979, *don* Giussani observou: «Eu disse [ao Papa] que para nós a cultura é uma consciência crítica e sistemática de uma experiência de vida. Uma consciência crítica, portanto, consciente das razões, e sistemática, não parcial, de uma experiência de vida. Este é o ponto: se a fé se torna experiência de vida, então a fé contra-ataca com uma nova cultura, então a fé torna-se a sugestão de um trabalho fascinante para uma percepção, uma conceção e uma nova abordagem da vida e do mundo; para uma antropologia, uma conceção do homem, um sentimento do homem, para uma conceção da história e para uma conceção cósmica diferente» (FCL, *Documentação Audiovisual*, Encontro dos Liceus com *don* Giussani, Milão, 22 de fevereiro de 1979).

É claro que a dimensão cultural do anúncio cristão não é isenta de riscos e pode – como no caso de Paulo no Areópago – provocar escárnio ou mesmo reações muito hostis, até ao ponto da perseguição e do martírio. Se voltarmos à experiência dos primeiros cristãos, podemos constatar que os seguidores de Jesus eram detestados não tanto e não apenas por serem vistos como *diferentes dos* outros, mas porque, em vez de cultivarem a sua identidade no isolamento dos outros (numa forma de automarginalização), se colocavam na sociedade, levantando questões e fazendo juízos sobre ela e sobre o que nela acontecia. Assim, os cristãos não se relacionavam com os seus vizinhos dizendo simplesmente «você estão errados, nós estamos certos», mas mostrando que possuíam uma chave interpretativa da realidade mais capaz de captar todos os seus fatores e que desafiava a dos seus interlocutores.

Martírio

Na terceira parte dos *Atos*, Lucas propõe-nos a dimensão martirial do anúncio cristão. Talvez não seja o momento de a aprofundar, mas é importante notar que, ao colocar estas três dimensões por ordem cronológica, Lucas quer preservar-nos da tentação de absolutizar uma em detrimento das outras.

Hoje vivemos, sem dúvida, num clima cultural diferente daquele em que *os Atos* foram escritos. Vivemos numa época “pós-cristã”, como foi definida, caracterizada por um forte relativismo e impregnada pela mentalidade do “politicamente correto”, em que a simples expressão “juízo cultural” pode parecer divisionista e desrespeitadora da liberdade dos outros. Como podemos nós hoje ser interlocutores de uma sociedade que já não é cristã, mantendo o respeito justo e sagrado pela liberdade dos outros e, ao mesmo tempo, sem diluir e diminuir o alcance do anúncio e da afirmação cristã num relativismo vazio? Hoje nada parece resistir, nada parece manter-se estável, já não há certezas, dizíamos, mas até teorizar que é correto que assim seja. As palavras de Jesus aos Apóstolos: «Vós sois o sal da terra [...] Vós sois a luz do mundo»²¹ adquirem para nós o sentido e o peso de uma enorme responsabilidade perante o mundo. Isto é, somos convidados a voltarmos-nos primeiro para aquilo – ou melhor, para Aquele – que é o único essencial e permanente.

21 Mt 5,13-14.

As consequências de uma concepção

Neste momento, gostaria de tentar tirar algumas conclusões das coisas que foram ditas para nos ajudar a avaliar a nossa situação atual e os passos que demos, estamos a dar e teremos de dar.

Um primeiro elemento que se destaca, na minha opinião, olhando para fatores externos a nós, é este: não é verdade que hoje já não haja ideologias: há, mas elas mudaram. Assim, certamente, uma ideologia da oposição foi substituída por uma ideologia do diálogo, onde o diálogo já não é o instrumento para entrar em relação com o outro, como o Papa Francisco continuamente afirma, mas tornou-se o objetivo último em si mesmo: “o diálogo pelo diálogo”, eliminando a possibilidade de alcançar uma verdade para a qual – é claro – se está sempre humildemente a caminho. E a ideologia do diálogo torna-se a ideologia do equilíbrio. É o que Bento XVI tinha profetizado: a *ditadura do relativismo*. O problema diz-nos respeito profundamente, como diz respeito a todos: é um problema que diz respeito à Igreja e, portanto, também a nós. Diz respeito ao tempo em que vivemos.

Que verdade é que temos para propor? Não tenho outra resposta senão esta: Cristo e a novidade que ele introduz na vida daqueles que O reconhecem e O acolhem. «Quando essa Presença [a presença de Cristo] se joga em todas as relações da vida, quando dela estão “suspensas” todas as relações, quando estas são salvas, ajuizadas, coordenadas, avaliadas, usadas à luz daquela Presença, tem-se uma cultura nova. Esta nasce, portanto, da posição que uma pessoa adota em relação à tal Presença excepcional e decisiva para a vida. Por isso São Paulo diz: “Este é o culto racional”, é a vossa cultura, é o ponto de vista novo com o qual se deve ver o mundo, toda a realidade. Quando uma pessoa tem um olhar de criança para aquela Presença, seja pequena ou madura (basta que o olhar esteja despido dos “mas” e dos “ses” e esteja carregado da pergunta que nutre o coração), então entra nas relações, próximas e distantes, com uma luz que não é comum a ninguém, exceto a quem tem a mesma posição diante de Cristo, do Deus feito Homem, do Verbo feito carne».²²

Nós adquirimos uma certeza de juízo quando nos ajudamos a identificarmo-nos com Cristo e com o seu corpo histórico que é a Igreja. Não temos outra verdade para nós!

22 L. Giussani – S. Alberto – J. Prades, *Gerar rasto na história do mundo*, op. cit., p. 162.

Como cristãos, estamos dispostos a segui-lo até à cruz, até onde Cristo, em obediência e unidade com o Pai, quis e teve de ir. E, certamente, isso causou-lhe desconforto, e também nós estamos desconfortáveis, estaremos sempre *desconfortáveis*, seremos sempre *apátridas*, até sermos *de* Cristo e *com* Cristo. O nosso ideal de presença não consiste em não tomar partido, quase sentirmo-nos acima da luta: o nosso ideal é ser *por* Cristo, o que significa exatamente o contrário, ou seja, lançarmo-nos na luta com um juízo que é determinado apenas pela nossa relação com Cristo vivida na comunidade cristã.

Por que razão digo que todas estas coisas nos afetam de perto? Porque, na minha opinião, é nas consequências que vemos quando se dá uma mudança de conceção. A nossa maneira de viver, a nossa maneira de ser, os juízos que temos sobre as coisas concretas da vida, as relações, a moral, os juízos que fazemos ou deixamos de fazer, etc., são consequências de uma conceção. A ausência de um juízo sobre as coisas concretas corre o risco de introduzir outra coisa que não a origem. Passo a explicar: a queda, a imoralidade como queda, está sempre na conta (somos pecadores!) e reconhecemo-la, somos perdoados, levantamo-nos e recomeçamos. O problema é quando ela é justificada, quando precisamente a conceção muda em nós, entra em jogo um juízo diferente. E digo estas coisas porque vejo este risco também entre nós, hoje. Acreditamos certamente que a verdade existe e é encontrável, que Jesus vive entre nós não como uma definição, mas como uma presença. Mas dizer que ele é uma presença concreta tem implicações importantes.

A comunidade cristã em diálogo com a modernidade

Primeira implicação: no encontro e no diálogo com a modernidade há o reconhecimento duma *diversidade*. Penso que um risco que podemos ter corrido é pensar que a diversidade que trazemos se mede pela nossa capacidade de suscitar um “espanto positivo” no outro que nos encontra. Como se a verificação do facto da fé dependesse do consenso que ela é capaz de gerar. É claro que, se isso acontecer, tanto melhor, sentiremos a sua falta, mas não é certo! Pode ser exatamente o contrário. De facto, a proposta de Cristo está sempre associada à proposta da verdade sobre o homem que a experiência cristã introduz. Esta devia ser uma preocupação do cristão que vem antes da preocupação de que o outro nos aprove, de que concorde imediatamente connosco. De resto, foi assim para o próprio Jesus: o que guiava a urgência do Seu juízo era a

Sua relação com o Pai e a visão do homem que dali vinha, não o reconhecimento que podia obter dos homens. Ele também foi uma presença muito incômoda, odiada. «Se o mundo vos odeia, reparai que, antes que a vós, me odiou a mim».²³ A questão é: qual é o critério, ou seja, a medida para saber se a fé se mantém?

A este respeito, abro outro parêntesis que é uma outra consequência. Dizíamos que é preciso uma certeza daquilo que se é, da nossa identidade. Em que é que consistimos? «Identidade significa pertença. Não se pode ter identidade sem pertença. Se quero saber quem sou, tenho de me colocar a questão: “A quem pertenço?”».²⁴

Quantas vezes ouvimos *don* Giussani dizer que a consistência da nossa pessoa, do nosso rosto, está na pertença a Deus, a Cristo, descoberta e vivida através da pertença à Igreja, ao movimento, ou seja, à companhia na qual Cristo nos colocou e com a qual nos faz caminhar! É esta pertença que é o conteúdo de uma nova consciência de si, que está, portanto, imersa numa história, desperta e se desenvolve graças a uma história. E quem vive esta autoconsciência investe – diria mesmo que inevitavelmente – com um novo juízo e ação tudo o que encontra, numa profunda unidade com aqueles com quem é chamado. Este é um ponto decisivo. Porque a incidência cultural começa aqui, alimenta-se disto. Quando não é assim, de facto, perante os problemas colocados pelo ambiente, as pressões da mentalidade dominante ou as realidades que nos colocam em dificuldade, caímos na tentação de estreitar os termos da nossa experiência e de pensar que, no fim de contas, a única questão importante é – num sentido diferente do referido – a “autoconsciência”, a nossa posição “pessoal”: isentamo-nos do risco do juízo cultural e da presença no mundo, acabando por reduzir o conteúdo da autoconsciência e por enfraquecer a própria verificação da fé. Devo dizer que, em graus diversos, isto também aconteceu entre nós nos últimos anos. Muitas vezes me aconteceu ver o apelo à autoconsciência – entendida num sentido reduzido – ser jogado em oposição ao juízo cultural ou à presença. Trata-se dum empobrecimento.

O horizonte de problemas que a vida coloca não pode ser reduzido ao âmbito pessoal. Até porque os desafios que nos afetam pessoalmente fazem muitas vezes parte de um vasto e complexo horizonte ambiental e cultural, que não podemos enfrentar sozi-

²³ Jo 15,18.

²⁴ Francisco, *Audiência aos professores e alunos do Instituto San Carlo de Milão*, 7 de abril de 2019.

nhos. Qual é o papel da pertença à Igreja para enfrentar estes desafios? Se deixar de ter qualquer importância, essa pertença corre o risco de se tornar abstrata. Então, cada um segue o seu caminho e estamos juntos apenas por um conforto sentimental, de aceitação mútua, de reconhecimento recíproco que não resiste ao tempo. Não foi isso que *don* Giussani nos propôs: «O que significa uma vida de comunhão vivida? Uma vida vivida em conjunto para viver a memória de Cristo. Porque é na fraternidade, é na companhia fraterna que a presença de Cristo é mais pedagógica, se comunica dum modo pedagogicamente maior, e é assimilada de modo mais vivo e seguro. Se a comunhão fraterna é vivida, então podemos também falar de um juízo verdadeiramente comum; mas na medida em que não se faz um esforço para viver a vida de comunhão, o juízo comum será o lugar da pretensão, no qual fingiremos fazer passar o nosso ponto de vista». ²⁵ Na minha opinião, isto questiona muito a nossa ideia de presença, mesmo a presença cultural.

A segunda implicação – a primeira implicação é o reconhecimento de uma diversidade – é a presença como *amicizia*. Leio-vos esta frase de Giussani, que me parece muito significativa no que diz respeito à sua relação com Leopardi, sabendo a importância decisiva que teve para ele e para toda a história do movimento: «Quando lia Leopardi no terceiro ano do liceu – li-o durante todo o mês de maio, sem estudar nada! –, Leopardi não era meu amigo. Ele representava o que eu sentia muito melhor do que eu poderia ter feito, mas não era meu amigo: era uma autoridade estática, fora de mim. Quando, no nono ano, comecei a compreender certas coisas, Leopardi ensinou-me: deu-me as razões da sua melancolia e eu descobri, a partir dessas razões, que não estava certo, as razões não eram exatas; era assim porque ele se esquecia de certas coisas. Então eu deveria ter-me desentendido com ele; mas não só não me desentendi, como tive pena dele e ele tornou-se meu amigo. Um amigo torna-se amigo na medida em que o interiorizamos, ou seja, compreendemos as razões pelas quais ele nos representa. Quando começamos a compreender as razões e começamos a ser críticos em relação a elas – isto é, a compreendê-las melhor ou a compreender os seus limites – então essa autoridade começa a tornar-se nossa amiga». ²⁶

25 L. Giussani, "Sul giudizio comunione", op. cit., p. 103.

26 L. Giussani, "Tu" (o dell'amicizia), BUR, Milão 1997, pp. 35-36.

É, portanto, neste sentido que a presença oferece ao outro uma amizade. Não se trata de esmagar o outro, de eliminar a diversidade, para o encontrar. Afinal, Jesus Cristo quis chamar todos a si, não teve o problema de separar os bons dos maus; todos eram seus. E eu, nós, existimos com a vocação de chamar todos a Ele. É por isso que a crítica anda de mãos dadas com a proposta de amizade.

Tradição e juízo comunitário

Duas últimas breves menções: a primeira é sobre a tradição. Em breve a Fraternidade publicará com a Rizzoli um novo livro inédito de Giussani com as suas intervenções no período 1968-1970. Nestes textos, *don* Giussani diz que chegou o momento – ele já o dizia na altura – em que já não é suficiente reintroduzir ou rerepresentar a tradição. Isso não significa, porém, que a tradição esteja ultrapassada. De facto, Giussani não fica por aqui e em *Educar é um risco* diz: «O passado só pode ser proposto [...] se for apresentado *dentro de uma vivência presente*».²⁷

A tradição não perde importância, na verdade continua a ser importante, mas já não pode ser considerada um dado adquirido. Por conseguinte, é necessário trabalhar mais para a valorizar à luz das novas questões colocadas pela modernidade. Neste sentido, sinto que é urgente perguntarmo-nos o que significa, hoje, repropor concretamente a tradição no presente. É um convite que Giussani fez desde o início e que hoje volto a propor: de que instrumentos precisamos?

Último ponto: o juízo comunitário. Como já disse, antes de mais, é preciso ouvir. Penso que se há algo em que por vezes pecamos é numa certa presunção de chegar imediatamente a um juízo sem conhecer as coisas. E, pelo contrário, a escuta é importante precisamente porque dela nasce a necessidade, o desejo de um juízo verdadeiramente comunitário. Um juízo que depois talvez se explicita através de uma voz, não necessariamente sempre a mesma, que diz como nós vemos as coisas. Afinal, o que é o juízo? É dizer o que vemos quando olhamos para as coisas. Mas duas pessoas, olhando para a mesma coisa, podem ver duas coisas diferentes. Assim, o valor de um juízo é, por um

27 L. Giussani, *Educar é um risco*, Paulus, Lisboa 2018, p. 18.

lado, encorajar uma oposição positiva, uma proposta razoável em relação à *corrente dominante*, e, por outro lado, é também dar apoio a muitos que sentem intimamente um desconforto perante a *corrente dominante*, mas não sabem dar razões e, por isso, precisam de uma amizade a que se agarrar para poderem viver adequadamente a sua relação com a verdade. Há, portanto, um valor educativo fundamental no juízo comunitário: por mais aproximado que seja, ele desencadeia um trabalho, um movimento e, portanto, uma presença.

Penso que a vossa expressividade, como centros culturais, pode ser gerada por este juízo se vocês próprios viverem uma pertença leal ao movimento. É por isso que termino com uma citação de Giussani retirada do *Certi di alcune grandi cose*, que pode dar uma outra pista, para além do que foi dito, para o momento de assembleia que vamos ter agora: «A fonte da cultura é [...] a experiência de uma companhia vivida, é a experiência de vida vivida. Queria apenas observar que a paixão pela verdade, que todos entendemos ser a mola para um desenvolvimento cultural, para a aventura da cultura, não é outra coisa senão a paixão pelo facto de Cristo, e por isso é a paixão pela nossa companhia, pelo acontecimento da nossa companhia, pelo acontecimento da companhia do nosso movimento, que é o nosso modo de viver o grande acontecimento da grande companhia da Igreja de Cristo. Caso contrário, pode haver cultura, mas não é cultura cristã».²⁸

28 L. Giussani, *Certi di alcune grandi cose (1979–1981)*, BUR, Milão 2007, p. 260.